



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

BLOCO

B

EDITAL 01/2017 - NÍVEL SUPERIOR

ANALISTA JUDICIÁRIO - FUNÇÃO JUDICIÁRIA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- I. Nesta prova, você encontrará 08 (oito) páginas numeradas sequencialmente, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas correspondentes às seguintes disciplinas: Língua Portuguesa (09 questões), Raciocínio Lógico (08 questões), Legislação (08 questões), Conhecimentos Específicos (25 questões) e uma prova discursiva composta por 01 (um) tema de redação.
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Verifique se o caderno de provas se refere ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso o cargo esteja divergente, solicite ao fiscal de sala para que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- IV. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- V. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- VI. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas.
- VII. A resposta da Prova Discursiva deverá conter no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas. Transcreva-a, com caneta azul ou preta, para a Folha de Respostas, no espaço correspondente.
- VIII. A leitora óptica não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- IX. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- X. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas e este caderno. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- XI. Você dispõe de 04 (quatro) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas.
- XII. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 02 (duas) horas após seu início.
- XIII. Os candidatos poderão levar seu Caderno de Questões somente após transcorridas 03h30m (três horas e trinta minutos) do início das provas.
- XIV. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, pager ou similares.

Boa Prova!



DESTAQUE AQUI



GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO



Nome:

Assinatura do Candidato:

Inscrição:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
<input type="checkbox"/>																								
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
<input type="checkbox"/>																								

RASCUNHO

Texto I

Há algum tempo, venho estudando as piadas, com ênfase em sua constituição linguística. Por isso, embora a afirmação a seguir possa parecer surpreendente, creio que posso garantir que se trata de uma verdade quase banal: as piadas fornecem simultaneamente um dos melhores retratos dos valores e problemas de uma sociedade, por um lado, e uma coleção de fatos e dados impressionantes para quem quer saber o que é e como funciona uma língua, por outro. Se se quiser descobrir os problemas com os quais uma sociedade se debate, uma coleção de piadas fornecerá excelente pista: sexualidade, etnia/raça e outras diferenças, instituições (igreja, escola, casamento, política), morte, tudo isso está sempre presente nas piadas que circulam anonimamente e que são ouvidas e contadas por todo mundo em todo o mundo.[...]

Mas as piadas também podem servir de suporte empírico para uma teoria mais aprofundada e sofisticada de como funciona uma língua, especialmente porque se trata de um *corpus* que, além de expor traços do que nela é sistemático (gramatical) e, paradoxalmente, “desarrumado”, contribui para deixar muito claro que uma língua funciona sempre em relação a um contexto culturalmente relevante e que cada texto requer uma relação com outros textos. [...]

A conclusão óbvia é que uma língua não é como nos ensinaram: clara e relacionada diretamente a um fato ou situação que ela representa como um espelho. Praticamente cada segmento da língua deriva para outro sentido, presta-se a outra interpretação, por razões variadas. Pelo menos, é o que as piadas mostram. E elas não são poucas. Ou, no mínimo, nós as ouvimos muitas vezes.

(POSSENTI, Sírio. O humor e a língua. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, SBPC, v.30, n.176, out. 2001)

1) Em relação ao texto, é correto afirmar que:

- emprega a pessoalidade gramatical uma vez que não pretende explicitar um posicionamento.
- ao se preocupar com a dimensão social das piadas, o autor deixa de lado os aspectos linguísticos.
- aborda, através de um recorte específico e também linguístico, um tema bastante corriqueiro em sociedades de diferentes épocas.
- aponta a necessidade de estudar as piadas fora dos contextos sociais em que são produzidas.
- a diversidade de temas que compõe as piadas dificulta a apreensão dos sentidos que ela produz.

2) A análise do emprego dos tempos verbais em “**Há algum tempo, venho estudando as piadas**”(1º§) revela que, semanticamente, as duas formas em destaque indicam, nessa ordem, as noções de:

- passado e continuidade.
- presente e projeto futuro.
- simultaneidade e presente.
- ordem e suposição.
- futuro e constatação.

Considere o fragmento abaixo para responder às questões 3 e 4.

“A conclusão óbvia é que uma língua não é como nos ensinaram: clara e relacionada diretamente a um fato ou situação que ela representa como um espelho.” (3º§)

3) Sabendo tratar-se de um período composto, estrutura mais complexa na língua, analise as afirmações abaixo.

- A segunda oração é “que uma língua não é clara e relacionada diretamente a um fato ou situação” e exerce a função sintática de predicativo.
- Ocorrem, no período, duas orações subordinadas adverbiais de valores semânticos distintos.
- O trecho “a um fato ou situação” exemplifica termos coordenados entre si.
- A primeira oração classifica-se como subordinada substantiva subjetiva.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmativas **incorretas**.

- I e II, apenas
- II e IV, apenas
- III, apenas
- I e III, apenas
- IV, apenas

4) Ao aproximar, semanticamente, a língua de um espelho, o autor emprega a seguinte figura de linguagem:

- Hipérbole.
- Metáfora.
- Eufemismo.
- Símile.
- Prosopopeia.

5) A conjunção “Mas” que introduz o segundo parágrafo cumpre papel coesivo e tem seu emprego justificado pela seguinte razão:

- introduz uma opinião contrária à do autor.
- ratifica a informação imediatamente anterior.
- contrapõe aspectos excludentes no estudo das piadas.
- expõe a fragilidade da informação que a antecede.
- desenvolve uma oposição já referida anteriormente.

6) No trecho “Se se quiser descobrir os problemas com os quais uma sociedade se debate, uma coleção de piadas fornecerá excelente pista:”, a preposição em destaque ocorre em função de uma exigência de regência. Dentre as frases abaixo, assinale aquela em se verifica um **ERRO** no emprego do termo regido em destaque.

- O supervisor chamou **todos os funcionários**.
- O adiamento do evento implicará **em corte de verbas**.
- Eles não se esqueceram **da data da audiência**.
- Os candidatos visavam **a um resultado eficiente**.
- Perdoaram **aos agressores**.

7) No início do último parágrafo, o autor faz referência a uma conclusão e, por meio da construção verbal “nos ensinaram”, assume uma estratégia de:

- alheamento.
- distanciamento.
- generalização.
- imparcialidade.
- descontração.

8) Assinale a opção em que o vocábulo “que” em destaque, embora também cumpra papel coesivo, exerça função morfossintática distinta da dos demais.

- “ou situação **que** ela representa” (3º§).
- “posso garantir **que** se trata de uma verdade” (1º§).
- “para quem quer saber o **que** é e como funciona” (1º§).
- “está sempre presente nas piadas **que** circulam” (1º§).
- “porque se trata de um *corpus* **que**, além de expor traços” (2º§).

Texto II

A EVOLUÇÃO DO HOMEM E DO COMPUTADOR



9) A observação dos elementos não-verbais do texto é responsável pelo entendimento do humor sugerido. Nesse sentido, a evolução do homem e do computador, através de tais elementos, deve ser entendida como:

- complementar.
- semelhante.
- conflitante.
- antitética.
- idealizada.

- 10) As expressões $E_1: (p \wedge r) \vee (\sim p \wedge r)$ e $E_2: (q \vee s) \wedge (\sim q \vee s)$ são compostas pelas quatro proposições lógicas p, q, r e s . Os valores lógicos assumidos pela expressão $E_1 \wedge E_2$ são os mesmos valores lógicos da expressão:
- $r \vee s$
 - $\sim r \wedge \sim s$
 - $\sim r \vee s$
 - $r \vee \sim s$
 - $r \wedge s$
- 11) Um assistente judiciário deve analisar processos cada qual com exatamente 150 laudas. Um processo é considerado analisado se, e somente se, um técnico tiver lido pelo menos 135 laudas. Em outras palavras, um processo não é considerado analisado se, e somente se:
- no máximo 15 laudas não forem lidas
 - 15 laudas não forem lidas
 - no máximo 134 laudas forem lidas
 - no mínimo 15 laudas forem lidas
 - 14 laudas não forem lidas
- 12) Se p : o laudo foi elaborado e q : o parecer jurídico foi concluído, são duas proposições lógicas simples, então a proposição lógica: “Se o parecer jurídico não foi concluído, então o laudo foi elaborado” é falsa se, e somente se, a proposição:
- $p \vee q$ for verdade
 - $\sim q$ for verdade
 - $p \wedge q$ for falsa
 - $p \vee q$ for falsa
 - p for falsa
- 13) Os imóveis de Paula, Sheila e Carla são, não necessariamente nessa ordem, um apartamento, uma casa térrea e um sobrado. Um dos imóveis fica em São Paulo, outro em Minas e o outro em Pernambuco. O imóvel de Paula é em São Paulo, o imóvel de Carla é um sobrado, o imóvel de Sheila não é em Minas e não é um apartamento. As cidades onde ficam o apartamento, a casa térrea e o sobrado, são respectivamente:
- São Paulo, Minas e Pernambuco
 - São Paulo, Pernambuco e Minas
 - Pernambuco, Minas e São Paulo
 - Pernambuco, São Paulo e Minas
 - Minas, São Paulo e Pernambuco
- 14) Considere os conjuntos $A = \{0,2,3,5,6\}$; $B = \{2,3,5,6,9\}$ e $C = \{0,2,4,6\}$. Sabe-se que a soma de todos os elementos do conjunto $[A \cap (C - B)]$ representa o total de processos que necessitam de um parecer técnico. Nessas condições, o total de processos sem parecer técnico é:
- 0
 - 8
 - 7
 - 11
 - 2
- 15) Considerando a sequência lógica 2,3,6,6,18,12,54,24,...., sabe-se que a diferença entre o décimo primeiro termo e o décimo segundo termo, nessa ordem, indica o total de vagas num concurso para analista judiciário. Nessas circunstâncias, se 500 candidatos passarem no concurso, o total desses candidatos que não preencherão as vagas será:
- 362
 - 206
 - 62
 - 380
 - 110

- 16) Um assistente judiciário analisou, num primeiro dia de trabalho, 7 laudas de um processo com 785 laudas, num segundo dia analisou 3 laudas a mais do processo que no primeiro dia. Se a cada dia de trabalho esse assistente analisar 3 laudas a mais do processo que no dia anterior, então, após 15 dias de trabalho, o total de laudas do processo que ainda faltarão para serem analisados será igual a:
- 420
 - 365
 - 295
 - 340
 - 435
- 17) Para acessar os dados de um arquivo um técnico judiciário deve saber o valor de x que é solução da equação $x + \frac{x}{2} + \frac{x}{4} + \dots = 6$. Nessas condições o valor de x deve ser:
- 2
 - 1,5
 - 2,5
 - 3
 - 1

LEGISLAÇÃO

- 18) De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, são atribuições dos Desembargadores Relatores, exceto:
- Decidir sobre o pedido de assistência judiciária gratuita
 - Fiscalizar o pagamento de taxas, impostos, custas e emolumentos
 - Redigir acórdão e ementa quando seu voto for vencedor
 - Proferir sentença de mérito absolutória em processo de competência originária do Tribunal de Justiça
 - Indeferir liminarmente revisões criminais quando julgar insuficientemente instruído o pedido
- 19) Sobre a Corregedoria Geral de Justiça de Pernambuco, analise os itens a seguir:
- A Corregedoria Geral de Justiça é um órgão formado por desembargador e juizes auxiliares e tem como propósito fiscalizar, controlar, orientar e disciplinar os magistrados de primeiro grau e servidores.
 - A designação de juizes corregedores auxiliares perdurará mesmo com o término do mandato do Corregedor Geral.
 - O Corregedor Geral da Justiça poderá requisitar qualquer processo aos juizes de primeiro grau de jurisdição para tomar as atitudes que achar conveniente, oficiando nos próprios autos quando necessário ao andamento dos serviços.
 - A Corregedoria Geral de Justiça fará correição geral em todas as circunscrições, com abrangência anual de 60% (sessenta por cento) das unidades judiciárias existentes.
- Assinale a alternativa correta.
- Apenas I e III são corretos
 - Apenas II e IV são corretos
 - Apenas I, II e IV são incorretos
 - Apenas I, IV são incorretos
 - I, II, III e IV são corretos
- 20) Além do vencimento, poderão ser conferidas, aos funcionários públicos do Estado de Pernambuco, diversas vantagens. Assinale a alternativa que não contém uma das vantagens contempladas legalmente:
- Auxílio para diferença de caixa
 - Ajuda de custo
 - Bônus de produtividade
 - Diárias
 - Gratificações

21) A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) almeja diversos resultados. Assinale a alternativa que **não** contempla um dos objetivos dispostos na lei que criou a política nacional mencionada:

- a) Estimular o desenvolvimento do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões
- b) Reduzir emissões de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes
- c) Preservar e recuperar recursos naturais
- d) Desestimular políticas públicas de incentivo à utilização de energia produzida a partir da manipulação de material nuclear
- e) Consolidar a expansão de áreas legalmente protegidas

22) Assinale a alternativa que apresenta a correta definição de Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P):

- a) Programa do Ministério do Meio Ambiente que objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade
- b) Documento produzido por organizações não governamentais expondo criticamente as mazelas ambientais ocasionadas pela atividade do Estado brasileiro
- c) Projeto de lei elaborado por membro da Câmara dos Deputados que vise estimular a competitividade empresarial sem descuidar da defesa do meio ambiente
- d) Ato normativo elaborado pelo Presidente da República com o objetivo de regulamentar a Política Nacional sobre mudanças Climáticas
- e) Documento produzido por organização internacional com o objetivo de auxiliar as autoridades brasileiras a se adequarem à realidade mundial protetora do meio ambiente

23) Assinale a alternativa que **não** contenha ato de competência da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP) disposto em lei.

- a) Sugerir ações para a divulgação das práticas de sustentabilidade
- b) Indicar cronograma para a implantação de sistema integrado de informações para acompanhar a execução das ações de sustentabilidade
- c) Indicar regras para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável
- d) Expedir ofício à Câmara dos Deputados para que elaborem projeto de lei atinente à logística sustentável
- e) Propor a elaboração de normas para ações de logística sustentável

24) Sobre os Direitos de mobilidade das pessoas com deficiência, identifique e assinale a alternativa **incorreta**:

- a) As empresas de transporte coletivo deverão diligenciar perante o gestor público responsável para obtenção de certificação de acessibilidade que possibilite a colocação de símbolo internacional de acesso nos veículos
- b) As frotas de taxi devem reservar o percentual de 15% (quinze por cento) de seus veículos acessíveis
- c) As locadoras de veículos devem disponibilizar 1 (um) veículo adaptado ao uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 (vinte) veículos de sua frota
- d) Veículos estacionados em vagas reservadas para deficientes físicos devem exibir identificação confeccionada pelo órgão de trânsito local
- e) É defeso a criação de tarifa diferenciada pelo serviço de táxi prestado à pessoa com deficiência

25) Cada Tribunal brasileiro possui uma Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, que possuem natureza multidisciplinar e contam com a participação de magistrados e servidores. Assinale a alternativa que **não** contém uma das atribuições das mencionadas Comissões:

- a) Fiscalizar o registro de audiência por meio de filmagem sempre que presente pessoa com deficiência auditiva
- b) Permitir a entrada e permanência de cães-guia nas dependências públicas
- c) Realizar oficinas de conscientização de servidores e magistrados sobre direitos das pessoas com deficiência
- d) Requerer nomeação de tradutor e intérprete de linguagem brasileira de sinais, sempre que figurar no processo pessoa com deficiência auditiva
- e) Suspender a eficácia de ordem judicial que não atentou para o cumprimento de diretrizes nacionais de inclusão social de pessoa com deficiência

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26) As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos regulamentadas por lei. Neste contexto, **não** são passíveis de qualificação como OSCIP, **exceto**.

- a) organizações partidárias
- b) cooperativas
- c) fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas
- d) organizações sem fins lucrativos focadas na promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico
- e) sociedades comerciais

27) De acordo com o texto do Decreto nº 7.892/2013, o sistema de registro de preços nada mais é do que o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras pela Administração Pública. Sobre o tema, assinale a alternativa que **não** contém hipótese em que poderá ser adotado o sistema de registro de preços.

- a) Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração
- b) Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo
- c) Quando da compra de grande vulto pela administração governamental
- d) Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes
- e) Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa

28) Os consórcios públicos podem ser contratados pela administração para a realização de objetivos de interesse comum. A constituição do consórcio se dá por meio de contrato cuja celebração dependerá de prévia subscrição de protocolo de intenções. Assinale abaixo a alternativa que não apresenta conteúdo que deverá constar de cláusula no protocolo de intenções.

- a) Autorização para a gestão associada de serviços públicos, explicitando a área que o serviço será prestado, sem a necessidade de critérios técnicos para o cálculo do valor de tarifas
- b) Previsão de que a assembleia geral é a instância máxima do consórcio público e o número de votos para as suas deliberações
- c) O número, as formas de provimento e a remuneração dos empregados públicos, bem como os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público
- d) Previsão de que o consórcio público é associação pública ou pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos
- e) Condições para que o consórcio público celebre contrato de gestão ou termo de parceria

29) Sobre os Remédios Constitucionais existentes no ordenamento jurídico brasileiro, analise os itens abaixo.

- I. É possível a impetração de mandado de injunção quando uma norma regulamentadora dificulta o exercício dos direitos e liberdades dispostos na Constituição, bem como prerrogativas vinculadas unicamente à soberania e cidadania.
- II. Habeas Data é instrumento utilizado unicamente para assegurar o conhecimento de informações existentes em registros e bancos de dados públicos e de entidades governamentais.
- III. Habeas Corpus é concedido apenas quando do efetivo cerceamento da liberdade de locomoção, ante ilegalidade ou abuso de poder por parte de autoridade pública.
- IV. O Mandado de Segurança coletivo poderá ser impetrado por parlamentar membro do Congresso Nacional com a finalidade de preservar direito líquido e certo de dada coletividade.

Assinale a alternativa correta.

- a) I e II são corretos
- b) Apenas II e III são incorretos
- c) Apenas III é correto
- d) I e III são corretos
- e) I, II, III e IV são incorretos

30) O Tribunal de Contas da União (TCU) é um órgão vinculado ao Poder Legislativo, que tem como missão institucional proceder o controle externo das finanças públicas. Assinale a alternativa que não contém uma das competências do referido Tribunal.

- a) Aplicar sanções previstas em lei nos casos de ilegalidade de despesas ou irregularidades de contas
- b) Realizar, por iniciativa exclusiva, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário
- c) Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República
- d) Fiscalizar as contas nacionais de empresas supranacionais das quais a União seja sócia, de forma direta ou indireta
- e) Oferecer representação ao Poder competente quando da verificação de irregularidades ou abusos apurados

31) O Conselho de Defesa Nacional é um órgão de Estado, cuja missão é prestar consultoria ao Presidente da República em assuntos vinculados à soberania nacional e à defesa do Estado Democrático de Direito. Assinale a alternativa que apresenta informação correta sobre o Conselho de Defesa Nacional.

- a) Além dos Ministros da Justiça, da Defesa, do Planejamento e das Relações Exteriores, também participam das reuniões do Conselho de Defesa Nacional os comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica, bem como o presidente do Supremo Tribunal Federal e do Senado Federal
- b) O Conselho de Defesa Nacional detém competência exclusiva para a decretação do estado de defesa e do estado de sítio
- c) Cabe ao Conselho de Defesa Nacional pronunciar-se sobre questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas
- d) A missão do Conselho de Defesa Nacional é zelar pela segurança interna do país e probidade na administração dos recursos nacionais
- e) O Conselho de Defesa Nacional tem o dever de opinar nas hipóteses de declaração de guerra e celebração da paz

32) Sobre os direitos reais, conceito jurídico delimitado pelo Código Civil, analise os itens abaixo:

- I. O Direito real de propriedade abrange o solo. Este, por sua vez, compreende o espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício, podendo o proprietário opor-se a atividades que sejam realizadas espaços, sendo sua realização, portanto, precedida de autorização expressa daquele.
- II. O usucapião de coisa móvel se verifica quando determinado indivíduo, de boa fé, ter a coisa como sua, de forma contínua e incontestada, pelo prazo de 4 (quatro) anos.
- III. A avulsão ocorre quando o indivíduo, trabalhando em matéria-prima em parte alheia, obtiver espécie nova cuja propriedade será sua.
- IV. É vedado ao dono do prédio que não tiver acesso a via pública constringer o vizinho a lhe dar passagem, mesmo que por meio de pagamento de indenização.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I é incorreto
- b) II e III são corretos
- c) I e II são corretos
- d) Apenas II e IV são incorretos
- e) I, II, III e IV são incorretos

33) O casamento é um instituto jurídico regulamentado pelo Código Civil Brasileiro. O casamento é anulável em algumas situações, exceto:

- a) Por motivo de idade, quando resultou em gravidez
- b) Por incompetência da autoridade que celebrou o matrimônio
- c) Do menor de idade núbil, quando não existir autorização por parte do representante legal
- d) Do indivíduo incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o seu consentimento
- e) Por vício de vontade quando do ato de consentimento existir erro essencial relacionado à pessoa do outro

34) Sobre os institutos da tutela e da curatela, assinale a alternativa que contém a resposta incorreta:

- a) A tutela se verifica quando da decadência do poder familiar
- b) Na falta de tutor legítimo, o juiz nomeará um tutor idôneo residente no domicílio do menor
- c) Aos irmãos órfãos serão estabelecidos mais de um tutor
- d) Os ébrios habituais e os viciados em tóxico estão sujeitos a curatela
- e) A autoridade do curador estende-se à pessoa e aos bens dos filhos do curatelado

35) A responsabilidade civil é matéria importante na disciplina do direito privado brasileiro. Acerca da temática, assinale a alternativa correta:

- a) Os donos de hotéis são responsáveis pela reparação civil dos danos causados por seus hóspedes
- b) O morador de apartamento não responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem
- c) A responsabilidade civil dependente da criminal, sendo avaliada somente quando finalizada aquela
- d) Sob nenhuma hipótese o incapaz responderá pelos prejuízos que causar
- e) O dono reparará o dano causado por seu animal, mesmo na hipótese de culpa da vítima

36) A Contestação instrumentaliza a defesa do réu ante pretensão civil contrária. Nesse sentido, avaliando as características dessa peça defensiva, assinale a alternativa incorreta:

- a) O prazo para apresentação de contestação é de 15 (quinze) dias
- b) Não se alega em contestação a incompetência do juízo, devendo tal matéria ser discutida por meio próprio
- c) Depois da contestação é lícito ao réu alegar matéria atinente a fato superveniente
- d) Na contestação, antes de avaliar o mérito, deverá o réu, dentre outras expor sobre eventual perempção
- e) O réu deverá alegar toda a matéria de defesa na contestação, expondo suas razões de fato e direito, bem como especificando as provas que deseja produzir

37) No despacho saneador o juiz poderá realizar os seguintes atos, exceto:

- a) Definir a distribuição do ônus probatório
- b) Designar audiência de instrução
- c) Resolver questões processuais pendentes
- d) Delimitar as questões de direito controversas
- e) Avaliar o mérito, mesmo nos casos complexos, isso nas hipóteses em que entender viável com vistas ao princípio da celeridade processual

38) Sobre a competência em âmbito processual civil, analise os itens abaixo:

- I. A competência é determinada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial.
- II. Não havendo disposição em sentido contrário, a ação fundada em direito real sobre bens móveis será proposta na comarca do domicílio do réu.
- III. É competente para julgar a ação de divórcio o juiz da comarca do último domicílio do casal.
- IV. A ação de reparação de danos sofridos em virtude de delito será proposta no foro de domicílio do autor ou do local dos fatos.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I é incorreta
- b) Apenas II e IV são corretas
- c) Apenas I, II e IV são corretas
- d) I, II, III e IV são corretas
- e) I, II, III e IV são incorretas

39) Os crimes contra o patrimônio reservaram grande atenção por parte do legislador, ao passo que este estipulou diversas condutas passíveis de sanção criminal, com a finalidade de resguardar o bem jurídico pessoal. Sobre essa modalidade de crime, assinale a alternativa correta:

- a) Não constitui crime de estelionato emitir cheque sem provisão de fundos em poder do sacado
- b) A pena pelo crime de apropriação indébita é diminuída nos casos em que o ato criminoso é perpetrado por tutor ou curador
- c) O crime de receptação não admite a modalidade culposa
- d) É isento de pena o cônjuge que comete crime furto em face do companheiro durante a constância do casamento
- e) Não será punido criminalmente quem, de qualquer modo, apropriar-se de coisa alheia perdida

40) Os delitos contra o meio ambiente são considerados instrumentos válidos para repressão de condutas ilícitas contra bem jurídico supra-individual. Sobre essa modalidade de crime, assinale a alternativa incorreta:

- a) Aumenta-se a pena dos crimes contra a fauna praticados durante a noite e contra espécie rara
- b) É passível de sanção penal o indivíduo que realiza pesca com tarrafa para saciar a fome própria e da família
- c) O crime de poluição é punido apenas em sua modalidade dolosa
- d) Delitos contra o meio ambiente praticados em terreno de propriedade particular deverão ser processados por meio de ação penal privada
- e) Não constitui crime contra a fauna introduzir espécime animal no País mediante expediente técnico próprio e após o licenciamento adequado

41) O exercício do poder de punir em matéria penal pelo Estado possui um prazo determinado em lei. Na inércia do ente público em aplicar a devida reprimenda observar-se-á o instituto da prescrição, uma das causas extintivas da punibilidade disposta no Código Penal. Acerca do tema, assinale a alternativa correta sobre a prescrição:

- a) O oferecimento de denúncia ou queixa interrompe a contagem do prazo prescricional
- b) Caso haja a expedição de carta precatória e/ou rogatória, não será suspenso o prazo prescricional
- c) Prescreve em 25 anos a pretensão de processamento de crimes cuja pena é superior a oito anos
- d) O crime de racismo é imprescritível
- e) A prescrição, mesmo depois de transitada em julgado a sentença penal condenatória para a acusação, regula-se pela maior pena em abstrato prevista

42) Sobre a prisão cautelar no Direito Processual Penal brasileiro, analise os itens a seguir:

- I. A prisão preventiva não possui prazo determinado, podendo ser decretada somente mediante representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público, nos casos em que se fizer necessária para garantia da ordem pública, ordem econômica, conveniência da instrução criminal e assegurar a aplicação da lei penal.
- II. A prisão temporária poderá ser decretada unicamente quando for imprescindível para as investigações do inquérito policial e existindo fundadas razões de autoria e participação do indiciado em crimes hediondos.
- III. Uma das espécies da prisão em flagrante é chamada de "presumido", sendo conceituada como a restrição da liberdade de locomoção quando o agente é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor do crime.
- IV. O sujeito ativo da prisão em flagrante sempre será a autoridade pública militar incumbida das tarefas de polícia ostensiva.

Assinale a alternativa correta.

- a) I e II são corretos
- b) II e III são corretos
- c) Apenas III é correto
- d) I e IV são corretos
- e) I, II, III e IV são incorretos

43) Para o processamento de uma demanda criminal é essencial o respeito incondicional às normas de competência, fato que enseja a aplicação do princípio do juiz natural no caso concreto. A respeito do tema, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz criminal estadual é a autoridade competente para julgamento de crime cometido no interior de aeronave estacionada em área sob sua jurisdição
- b) Caberá ao Supremo Tribunal Federal o processamento e julgamento de demanda criminal em que figura como réu Governador de Estado
- c) Compete à Justiça Federal o julgamento de todos os crimes cometidos por estrangeiros
- d) O Superior Tribunal de Justiça é o órgão competente para homologar a sentença penal condenatória expedida no estrangeiro
- e) Os Tribunais Regionais Federais são responsáveis pelo julgamento dos membros dos Ministérios Públicos dos respectivos Estados em que estiverem instalados

44) O expediente de interceptação de comunicações telefônicas vem descrito em lei específica e tem como objetivo auxiliar na coleta de elementos de prova sobre condutas criminosas. Assinale a alternativa correta sobre a interceptação telefônica:

- a) A interceptação é admitida quando o fato investigado constituir infração punida com pena de reclusão
- b) A medida de interceptação telefônica não pode ser determinada de ofício pelo juiz
- c) O pedido para interceptação de terminais telefônicos será feito unicamente por escrito
- d) O expediente de acompanhamento das interceptações ficará à cargo do Ministério Público, sem que haja possibilidade de avaliação do material pela Polícia Judiciária
- e) O prazo de duração da interceptação telefônica é de 30 (trinta) dias, podendo ser renovado diante de comprovada indispensabilidade do meio de prova

45) Sobre o tema “competência para legislar em matéria tributária”, analise os itens a seguir:

- I. É concorrente a competência para legislar sobre matéria tributária, cabendo à União, Estados e Municípios instituírem modalidades diversas de tributos, nos limites que lhe são conferidos pela Constituição Federal.
- II. A competência tributária detém característica de indelegabilidade, ou seja, não pode um ente político delegar sua atribuição a outro, mesmo que em virtude de lei, sendo que a repartição de receitas não gera a perda da competência tributária.
- III. A União detém a competência para criar impostos diferentes daqueles previstos na Constituição, desde que o faça por meio da aprovação de lei complementar e este não seja cumulativo, bem como o fato gerador e a base de cálculo sejam próprios e distintos daqueles previamente discriminados na Carta Republicana.
- IV. A União é o único ente que possui competência extraordinária em matéria tributária, podendo criar impostos em caso de guerra externa ou na sua iminência.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I é correto
- b) I e III são incorretos
- c) Apenas II e IV são incorretos
- d) I, II e IV são incorretos
- e) I, II, III e IV são corretos

46) As imunidades tributárias estão dispostas na Constituição Federal e pressupõem o não pagamento de tributos quando do exercício de algumas atividades em território nacional. Quanto ao tema, analise as alternativas abaixo e assinale aquela que não apresenta ato imune a obrigação tributária:

- a) Atos perpetrados por Pessoas Políticas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios)
- b) Patrimônio de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público
- c) Comércio realizado por empresas públicas e sociedades de economia mista
- d) Fatos vinculados aos partidos políticos e sindicatos de empregados
- e) Renda e serviços de templos de qualquer culto

47) Os impostos se configuram como uma espécie de tributo e possuem diversas peculiaridades quando de sua constituição e cobrança. Sobre os impostos, analise as alternativas abaixo e assinale a correta:

- a) O imposto territorial urbano (IPTU) é cobrado pelo governo do Estado e sua receita é estritamente vinculada ao fomento das atividades educacionais
- b) Na cobrança do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) pode se verificar o fenômeno da substituição tributária, ato em que um dos sujeitos ativos da relação tributária assume a condição de responsável pela retenção e pagamento do imposto
- c) O imposto sobre grandes fortunas foi instituído de forma escalonada, contemplando diferentes alíquotas para faixas diversas de capital. Nos casos de valores em poupança até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) a alíquota é de 12,3%
- d) A cobrança do Imposto de Renda de pessoas físicas (IRPF) se faz após a fiscalização realizada pelo órgão da Receita Federal, que afere a alíquota do imposto devido
- e) O imposto sobre importação de produtos estrangeiros se verifica apenas nos casos em que os bens transportados ao Brasil não constem da relação instituída em tratado bilateral ou multilateral firmado pelo Governo Federal com outros países

48) O processo judicial eletrônico foi instituído em território nacional e serve como um importante instrumento para dar a necessária celeridade aos processos que tramitam perante o Poder Judiciário. Nesse contexto, assinale abaixo a alternativa que contém informação correta sobre o processo judicial eletrônico:

- a) É vedada a intimação por meios eletrônicos em portal próprio, devendo o respectivo Tribunal criar seu Diário de Justiça Eletrônico para publicação em órgão oficial
- b) As cartas rogatórias não poderão ser feitas por meio eletrônico
- c) No processo eletrônico, as citações da Fazenda Pública serão feitas por meio eletrônico
- d) A conservação de reserva dos autos do processo deverá ser feita por meio físico
- e) Não poderá o magistrado ordenar que a exibição de documentos essenciais para análise do feito seja feita de modo eletrônico

49) O Conselho Nacional de Justiça, se utilizando de sua competência para regulamentação administrativa, estabeleceu algumas diretrizes para a consolidação do processo judicial eletrônico e administração dos sistemas. Assinale a alternativa **incorreta** sobre o Comitê Gestor Nacional criado pelo CNJ:

- a) A administração do Processo Judicial eletrônico caberá ao Comitê Gestor Nacional e aos Comitês Gestores dos Conselhos e dos Tribunais, no âmbito de suas respectivas áreas de atuação
- b) Caberá ao Conselho Gestor Nacional propor normas regulamentadoras do sistema à Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do Conselho Nacional de Justiça
- c) Os membros do Comitê Gestor Nacional serão indicados pelo Presidente da República e designados pelo presidente do Supremo Tribunal Federal
- d) Ao Comitê Gestor Nacional compete supervisionar o gerenciamento, a especificação, o desenvolvimento, a implantação, o suporte e a manutenção corretiva e evolutiva do Processo Judicial Eletrônico
- e) O Comitê Gestor Nacional deverá aprovar o plano de gerência de configuração e o cronograma de liberação de versões, cujo conteúdo será definido pela gerência técnica do Processo Judicial Eletrônico

50) Sobre os atos processuais realizados por meio do Processo Judicial Eletrônico, analise as alternativas abaixo e assinale a correta:

- a) A distribuição da petição inicial e a juntada da resposta, dos recursos e das petições em geral, todos em formato digital, nos autos de processo eletrônico serão feitas diretamente por aquele que tenha capacidade postulatória, sem necessidade da intervenção da secretaria judicial
- b) A falta de acesso ao Processo Judicial Eletrônico, sob nenhuma hipótese, não servirá de escusa para o descumprimento de prazos processuais
- c) Ao presidente da audiência será obrigatório a assinatura física das atas e termos de audiência
- d) Os avisos de recebimento assinados pelo recebedor serão arquivados fisicamente em secretaria, comunicada no processo a data de recebimento da comunicação
- e) As intimações que viabilizem o acesso ao processo eletrônico correspondente não serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais

Transcreva a resposta da questão contendo no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

Considere os textos abaixo:

Texto I

O preconceito é uma atitude negativa, composta pelo pensamento estereotipado (aquele que generaliza), por sentimento desfavorável em relação ao seu alvo e pelo comportamento de discriminação.

Esses conceitos ficam evidenciados em várias situações cotidianas. O documentário “O Riso dos Outros”, dirigido por Pedro Arantes, propõe uma discussão acerca da atitude preconceituosa incutida nas piadas.

A maioria dos comediantes que participaram do documentário, como Danilo Gentili e Rafinha Bastos, justificam o seu modo de trabalhar com o humor dizendo que não existe pretensão política ou social ao fazer uma piada, afirmando que o único objetivo do humorista é fazer com que a sua plateia ria. Deste modo, fica clara a posição de isenção de responsabilidade e certo conforto para se utilizarem de atitudes preconceituosas para fazerem humor.[...]

(Disponível: <http://portalcomportamental.com.br/?p=200>. Acesso em 20/08/2017)

Texto II

Além de melhorar o funcionamento do sistema vascular, rir ajuda a relaxar os músculos do rosto e do corpo

“Rir aumenta a circulação sanguínea, aprimorando também as funções do sistema vascular. A redução do estresse é especialmente benéfica para os hipertensos”, diz a médica Vivienne Halpern, em um boletim da Sociedade Americana de Cirurgia Vascular. [...]

(Fonte: Saúde - iG @ <http://saude.ig.com.br/bemestar/saudealternativa/rir-e-bom-e-faz-bem-ao-coracao/n1596825818479.html>)

A partir da leitura dos textos de apoio que compõem a sua prova e com base em seu conhecimento de mundo, problematize a respeito dos resultados positivos e negativos oriundos do riso. Amplie sua reflexão sobre a questão e desenvolva um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema “No convívio social, o riso pode ser remédio ou doença”. Seu texto deverá ser produzido em prosa e conter entre 20 e 30 linhas.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

